



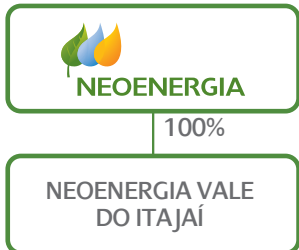
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA VALE DO ITAJAÍ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. 1.1. **Estrutura Societária:** Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia – Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul – Itajaí 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajaí 2; pela Linha de Transmissão Itajaí 2 – Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajaí 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul – Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 57 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajaí 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pátio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$194.157, corrigida anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

| | Notas | 2021 | 2020 |
|---|-------|-----------|-----------|
| Receita líquida | 3 | 500.083 | 307.187 |
| Custos dos serviços | | (581.275) | (222.795) |
| Custos de construção | 4 | (580.317) | (221.398) |
| Custos dos serviços | 4 | (958) | (1.397) |
| (Prejuízo) lucro bruto | | (81.192) | 84.392 |
| Outras receitas (despesas) gerais e administrativas | 4 | (1.569) | (1.500) |
| (Prejuízo) lucro operacional | | (82.761) | 82.892 |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 5 | 5.201 | 879 |
| Despesas financeiras | 5 | (4.469) | (24) |
| Outros resultados financeiros, líquidos | 5 | (7.874) | (7) |
| | | (7.142) | 848 |
| (Prejuízo) lucro antes dos tributos | | (89.903) | 83.740 |
| Tributos sobre o lucro | | 30.567 | (28.448) |
| Diferido | 6 | 30.567 | (28.448) |
| (Prejuízo) lucro do exercício | | (59.336) | 55.292 |
| (Prejuízo) lucro básico e diluído por ação – R\$ | | (0,13) | 0,19 |

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|----------|--------|
| Lucro líquido do exercício | (59.336) | 55.292 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: | | |
| Hedge de fluxo de caixa | (5.314) | - |
| Tributos diferidos sobre resultados abrangentes | 1.806 | - |
| Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado | (3.508) | - |
| Resultado abrangente do exercício | (62.844) | 55.292 |

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Reserva de lucros | | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|-------------------|---------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| | Capital social | Reserva legal | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 38.587 | 335 | 6.376 | - | 45.298 |
| Aumento de capital | 342.985 | - | - | - | 342.985 |
| Capital a integralizar | (99.919) | - | - | - | (99.919) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 55.292 | 55.292 |
| Destinação do lucro (nota 13.2 b): | | | | | |
| Reserva legal | - | 2.765 | - | (2.765) | - |
| Reserva de lucros a realizar | - | - | 52.527 | (52.527) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 281.653 | 3.100 | 58.903 | - | 343.656 |
| Capital integralizado | 82.849 | - | - | - | 82.849 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (59.336) | (59.336) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | (3.508) |
| Destinação do lucro (nota 13.2 b): | | | | | |
| Reserva de lucros a realizar | - | - | (59.336) | 59.336 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 364.502 | 3.100 | (433) | (3.508) | 363.661 |

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia – Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul – Itajaí 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajaí 2; pela Linha de Transmissão Itajaí 2 – Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajaí 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul – Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial; pelo primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial – Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 57 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajaí 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pátio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção:

| Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas | | | | | |
|---|----------|-------------|---------------|---------------------------|-----------------------|
| Linha de Transmissão | Circuito | Tensão (kV) | Extensão (km) | Início Operação Comercial | Vencimento da Outorga |
| LT 525 kV Areia - Joinville Sul | 1 | 525kV | 292 | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2 | 1 | 525kV | 82 | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu | 1 | 525kV | 63 | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2 | 1 | 230kV | 20 | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial | 2 | 230kV | 51 | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2 | 2 | 230kV | 57 | 22/03/2024 | 22/03/2049 |

3.2. Subestação em construção:

| Projeto de Subestação - Características Físicas | | | | | |
|---|----------|----------------|---------------|---------------------------|-----------------------|
| Subestação | Circuito | Tensão (kV) | Extensão (km) | Início Operação Comercial | Vencimento da Outorga |
| SE Joinville Sul | - | 525/230/138 kV | - | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| SE Itajaí 2 | - | 525/230/138 kV | - | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| SE Gaspar 2 | - | 525/230 kV | - | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| SE Jaraguá do Sul | - | 230/138 kV | - | 22/03/2024 | 22/03/2049 |
| SE Indaial | - | 230/138 kV | - | 22/03/2024 | 22/03/2049 |

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

| Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos | | | | | |
|---|-------------------------------|--|-------------------------------|--|--|
| Linha de Transmissão | Evolução Física em 31/12/2020 | Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)* | Evolução Física em 31/12/2021 | Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)* | |
| LT 525 kV Areia - Joinville Sul | | | | | |
| LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2 | | | | | |
| LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu | | | | | |
| LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2 | | | | | |
| LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial | | | | | |
| LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2 | 12% | 223.081 | 45% | 580.317 | |

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE.

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$194.157.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

| Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras | | | | | |
|---|---------------------------|---------------|----------------------------|-------------------|--------------------|
| Linha de Transmissão | Propriedade | RAP (R\$ mil) | RAP Proporcional (R\$ mil) | Mês base reajuste | Índice de Correção |
| LT 525 kV Areia - Joinville Sul | Neoenergia Vale do Itajaí | | 23.092 | Julho | IPCA |
| LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2 | Neoenergia Vale do Itajaí | | 23.092 | Julho | IPCA |
| LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu | Neoenergia Vale do Itajaí | 194.157 | 23.092 | Julho | IPCA |
| LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2 | Neoenergia Vale do Itajaí | | 23.092 | Julho | IPCA |
| LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial | Neoenergia Vale do Itajaí | | 5.734 | Julho | IPCA |
| LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2 | Neoenergia Vale do Itajaí | | 5.734 | Julho | IPCA |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------|-----------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| (Prejuízo) lucro líquido do exercício | (59.336) | 55.292 |
| Ajustado por: | | |
| Depreciação e amortização | 64 | 55 |
| Tributos sobre o lucro | (30.567) | 28.448 |
| Resultado financeiro, líquido | 7.142 | (848) |
| Variações de ativos e passivos: | | |
| Concessão serviço público (ativo contratual) | (510.137) | (300.486) |
| Fornecedores e contas pagar de empreiteiros | 168.563 | (1.286) |
| Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos | 319 | 1.467 |
| Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos | 52.738 | 36.583 |
| Provisões, líquidas dos depósitos judiciais | (28.202) | (39.330) |
| Outros ativos e passivos, líquidos | (58.172) | 28.837 |
| Caixa líquidos consumido nas operações | (457.588) | (191.268) |
| Instrumentos derivativos pagos, líquidos | 9 | - |
| Resto de aplicação financeira recebidos | 5.585 | 553 |
| Tributos sobre o lucro pagos | - | (65) |
| Caixa consumido nas atividades operacionais | (451.994) | (190.780) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (512) | (499) |
| Aplicação de títulos e valores mobiliários | (8.602) | - |
| Caixa consumido nas atividades de investimento | (9.114) | (499) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital | 82.849 | 243.066 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 365.000 | - |
| Caixa oriundo das atividades de financiamento | 447.849 | 243.066 |
| (Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa | (13.259) | 51.787 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 58.352 | 6.565 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 45.093 | 58.352 |

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Projeto de Subestação - Características Financeiras | | | | | |
|---|---------------------------|---------------|----------------------------|-------------------|--------------------|
| Subestação | Propriedade | RAP (R\$ mil) | RAP Proporcional (R\$ mil) | Mês base reajuste | Índice de Correção |
| SE Joinville Sul | Neoenergia Vale do Itajaí | | 23.092 | Julho | IPCA |
| SE Itajaí 2 | Neoenergia Vale do Itajaí | | 23.092 | Julho | IPCA |
| SE Gaspar 2 | Neoenergia Vale do Itajaí | 194.157 | 25.163 | Julho | IPCA |
| SE Jaraguá do Sul | Neoenergia Vale do Itajaí | | 13.242 | Julho | IPCA |
| SE Indaial | Neoenergia Vale do Itajaí | | 5.734 | Julho | IPCA |

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas. 6.1. **Resultado Econômico Financeiro:**

| | Variação | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|-------|
| | 2021 | 2020 | R\$ | % |
| DRE (R\$ mil) | | | | |
| (+) Receita líquida | 500.083 | 307.187 | 192.896 | 63% |
| MARGEM BRUTA | 500.083 | 307.187 | 192.896 | 63% |
| (+) Custos de construção | (580.317) | (221.398) | (358.919) | 162% |
| (+) Outros custos | (958) | (1.397) | 439 | -31% |
| (+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas | (1.569) | (1.500) | (69) | 5% |
| = Despesa Operacional | (582.780) | (224.240) | (358.540) | 160% |
| EBITDA | (82.697) | 82.947 | (165.644) | -200% |
| (-) Depreciação | (64) | (55) | (9) | 0% |
| (-) Resultado Financeiro | (7.142) | 848 | (7.990) | -942% |
| (-) IR/CS | 30.567 | (28.448) | 59.015 | -207% |
| (PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO | (59.336) | 55.292 | (114.628) | -207% |

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 500.083 mil, +63% vs. 2020 e -R\$ 582.780 mil, +160% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 82.697 mil, redução de 200%, em relação ao ano de 2020. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 7.142 mil em 2021 (-942% vs. 2020), devido principalmente a contratação de novos financiamentos em 2021 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2021 de -R\$ 59.336 mil, uma redução de 207% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo debentures e encargos, foi de R\$ 405.035 mil (dívida líquida R\$ 328.164 mil). Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 100% da dívida contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Vale do Itajaí, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Vale do Itajaí e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Vale do Itajaí. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Vale do Itajaí sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidas e antecipadas, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 2021 | 2020 |
|--|-------|--------|--------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 45.093 | 58.352 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 10 | 23.174 | - |
| Tributos sobre o lucro a recuperar | 6.1.3 | 1.350 | 189 |
| Outros tributos a recuperar | | 153 | - |
| Concessão do serviço público (ativo contratual | | | |

ções da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 10.2.b). 1.2.4. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'non performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

| Ratings de longo prazo em escala nacional | Moody's | S&P | Fitch |
|---|---------|-----|-------|
| Banco do Brasil | | AA | AA |
| Banco Itaú | AA | | AAA |

1.3. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

| Riscos | Data da vigência | Importância segurada |
|-----------------|-------------------------|----------------------|
| Seguro Garantia | 22/03/2019 a 17/12/2024 | 139.581 |

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 16 de fevereiro de 2022. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 6.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos
8 Concessão do serviço público (ativo contratual)
11 Provisão para processos judiciais
15.2 Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

| Norma | Descrição da alteração | Data de vigência |
|---|---|------------------|
| IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 08; IFRS 7/CPC 40; IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/CPC 06 (R2) | Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). | 01/01/2021 |

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022:

| Norma | Descrição da alteração | Data de vigência |
|--|---|------------------|
| IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. | Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). | 01/01/2022 |
| IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado. | Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. | 01/01/2022 |

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Receita de construção | 493.435 | 322.328 |
| Remuneração do ativo contratual | 57.621 | 16.170 |
| Total receita bruta | 551.056 | 338.498 |
| (-) Deduções da receita bruta | (50.973) | (31.311) |
| Total receita operacional líquida | 500.083 | 307.187 |

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| Impostos e contribuições | | |
| PIS e Cofins diferidos | (50.973) | (31.311) |
| Total | (50.973) | (31.311) |

3.1. **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8.5%a.a. e 11.5%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2021 | | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---|------------------|
| | Custo de construção | Custos dos serviços | Custos das despesas) gerais e administrativas | Total |
| Pessoal | (12.059) | (952) | (1.244) | (14.255) |
| Material | (168.603) | - | - | (168.603) |
| Serviços de terceiros | (355.140) | - | (117) | (355.257) |
| Depreciação e amortização | - | - | (64) | (64) |
| Outros | (44.515) | (6) | (144) | (44.665) |
| Total custos/despesas | (580.317) | (958) | (1.569) | (582.844) |
| | 2020 | | | |
| | Custo de construção | Custos dos serviços | Custos das despesas) gerais e administrativas | Total |
| Pessoal | (5.605) | (1.397) | (1.342) | (8.344) |
| Material | (49) | - | - | (49) |
| Serviços de terceiros | (126.302) | - | (99) | (126.401) |
| Depreciação e amortização | - | - | (55) | (55) |
| Outros | (89.442) | - | (4) | (89.446) |
| Total custos/despesas | (221.398) | (1.397) | (1.500) | (224.295) |

5. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2021 | 2020 |
|---|----------------|-------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 5.585 | 553 |
| (-) PIS e COFINS sobre receita financeira | (397) | (43) |
| Atualização de depósitos judiciais | 2 | 369 |
| Outras receitas financeiras | 11 | - |
| | 5.201 | 879 |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos de dívida | (4.453) | - |
| Outras despesas financeiras | (16) | (24) |
| | (4.469) | (24) |

| | 2021 | 2020 |
|---|----------------|------------|
| Outros resultados financeiros, líquidos | | |
| Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida | (42.912) | - |
| Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida | 6.705 | - |
| Perdas com instrumentos financeiros derivativos | (10.767) | - |
| Ganhos com instrumentos financeiros derivativos | 39.266 | - |
| Perdas com variações cambiais e monetárias | (172) | (9) |
| Ganhos com variações cambiais e monetárias | 6 | 2 |
| | (7.874) | (7) |
| Resultado financeiro, líquido | (7.142) | 848 |

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

6.1. **Tributos sobre o lucro:** 6.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

| | 2021 | 2020 |
|---|---------------|-----------------|
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro | (89.903) | 83.740 |
| Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34% | 30.567 | (28.471) |
| Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro: | | |
| Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos | - | 23 |
| Tributos sobre o lucro - Diferido | 30.567 | (28.448) |

6.1.2. **Tributos diferidos:**

| | IR/CSLL | |
|---|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Ativo | 2.273 | 1.341 |
| Provisão participação nos lucros e resultados | 9.905 | 1.339 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 5.520 | 35 |
| Outros | 17.698 | 2.715 |
| Total diferenças temporárias - ativo | 17.698 | 2.715 |
| Passivo (-) | | |
| Margem na construção e remuneração do ativo de contrato | (16.424) | (96.657) |
| Total diferenças temporárias - passivo | (16.424) | (96.657) |
| Total diferenças temporárias - líquido | 1.274 | (93.942) |
| Alíquota de IR e CS | 34% | 34% |
| Tributos sobre o lucro diferidos, líquido | 433 | (31.940) |

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial do exercício | 31.940 | 3.492 |
| Efeitos reconhecidos no resultado | (30.567) | 28.448 |
| Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes | (1.806) | - |
| Saldo final do exercício | (433) | 31.940 |

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

| | Entre 2029 e 2030 | 6.017 |
|-----------------------|-------------------|-------|
| Ativo fiscal diferido | | |

6.1.3. Tributos correntes ativos:

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------|------------|
| Imposto de renda – IR | 1.342 | 182 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL | 8 | 7 |
| Tributo sobre o lucro a recuperar | 1.350 | 189 |
| Circulante | 1.350 | 189 |

6.2. Outros tributos a recolher:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS | 2.647 | |
| Programa de integração social – PIS ⁽¹⁾ | 15.642 | 6.546 |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS ⁽¹⁾ | 72.057 | 30.149 |
| Instituto nacional de seguridade social - INSS | 167 | 154 |
| Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS | 64 | 45 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 68 | 35 |
| Outros | 765 | 32 |
| Total outros tributos a recolher | 91.410 | 36.961 |
| Circulante | 3.747 | 271 |
| Não circulante | 87.663 | 36.690 |

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

6.3. **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 118 | 61 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | - | 54.007 |
| Fundos de investimento | 44.975 | 4.284 |
| | 45.093 | 58.352 |

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações comprometidas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial do exercício | 396.651 | 52.773 |
| Receita de construção | 493.435 | 327.708 |
| Remuneração do ativo contratual | 57.621 | 16.170 |
| Saldo final do exercício | 947.707 | 396.651 |
| Circulante | 7.190 | - |
| Não circulante | 940.517 | 396.651 |

Durante o exercício de 2021 a Companhia efetuou adiantamentos a fornecedores no montante R\$34.415, que serão utilizados na construção das linhas de transmissão. 8.1. **Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

| | 2021 | 2020 |
|----------------------|----------------|--------------|
| Materiais e serviços | 171.156 | 2.427 |
| Total | 171.156 | 2.427 |

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 150 dias, em média. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 12,50% a.a. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional ou de investimento. Os juros incorridos são reconhecidos como custo de construção do ativo de contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dessas operações totalizou R\$19.065.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

10.1. **Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|-----------------|
| Empréstimos bancários ⁽¹⁾ | 405.035 | - |
| Empréstimos e financiamentos (nota 10.2.a)) | 405.035 | - |
| (+) Instrumentos derivativos de dívida | (23.176) | - |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7) | (45.093) | (58.352) |
| (-) Títulos e valores mobiliários | (8.602) | - |
| Dívida líquida | 328.164 | (58.352) |

⁽¹⁾ No balanço patrimonial a Companhia apresentamos os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

10.2. **Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

| | 2021 |
|------------------------------|---------------|
| Denominados em R\$ | |
| Indexados a taxas flutuantes | 67.265 |
| Total | 67.265 |

12. OUTROS PASSIVOS

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Caução em garantia | 2.722 | 859 |
| Compartilhamento de pessoal (nota 14) | 101 | 112 |
| Taxas e custas processuais | 8 | 23 |
| Outros passivos | 50 | 22 |
| | 2.881 | 1.016 |
| Circulante | 275 | 150 |
| Não circulante | 2.606 | 866 |

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5364.502 (R\$5281.653 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$455.175 subscrito e R\$90.673 a integralizar, dividido em 455.174.998 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 e 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

| Acionista | Lote de mil ações | |
|-----------------|-------------------|-------------|
| | Qtde. | % |
| Neoenergia S.A. | 455.175 | 100% |
| Total | 455.175 | 100% |

13.2. Lucro por ação e remuneração do acionista: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|---|---------------|-------------|
| (Prejuízo) lucro do exercício | (59.336) | 55.292 |
| Média ponderada de ações em poder do acionista | 455.175 | 291.386 |
| (Prejuízo) lucro básico e diluído por ação – R\$ | (0,13) | 0,19 |

b) **Remuneração ao acionista:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseados nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|---------------|
| (Prejuízo) lucro do exercício | (59.336) | 55.292 |
| Reserva legal | - | (2.765) |
| (Prejuízo) lucro líquido ajustado | (59.336) | 52.527 |
| Destinação para absorção de reserva de lucros a realizar | 59.336 | (52.527) |
| (Prejuízo) lucro líquido a distribuir | - | - |

13.3. Reservas de lucros: a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. b) **Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. **13.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) contratos de O&M. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

| Ativo | Neoenergia e suas subsidiárias | |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------|
| | 2021 | 2020 |
| Compartilhamento de pessoal | 19 | 1.199 |
| | 19 | 1.199 |
| Passivo | | |
| Fornecedores e contas a pagar | 307 | - |
| Compartilhamento de pessoal | 101 | 112 |
| | 408 | 112 |

14.2. Transações com partes relacionadas:

| Resultado do exercício | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Subsidiárias Neoenergia | Subsidiárias Neoenergia |
| Despesas gerais e administrativas (a) | (254) | 2.072 |
| | (254) | 2.072 |

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: a) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020. **14.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

| | 2021 | | 2020 | |
|---|----------------|---------------|---------------|---------------|
| | CA | VJORA | CA | VJR |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 118 | - | 44.975 | 54.068 |
| Títulos e valores mobiliários | 8.602 | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 23.176 | - | - |
| Outros ativos financeiros | 19 | - | 1.199 | - |
| | 8.739 | 23.176 | 44.975 | 55.267 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros | 171.156 | - | 2.427 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 405.035 | - | - | - |
| Outros passivos financeiros | 11.910 | - | 36.759 | - |
| | 588.101 | - | 39.186 | - |

CA – Custo amortizado; VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR – Valor justo por meio do resultado.

15.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 – análise de sensibilidade. **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|---------------|--------------|
| | Nível 2 | Nível 2 |
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 44.975 | 4.284 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 23.176 | - |
| | 68.151 | 4.284 |

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------|----------------|-------------------------------------|
| | Saldo contábil | Estimativa de valor justo (nível 2) |
| Empréstimos e financiamentos | 405.035 | 385.217 |

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **15.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição

passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

| | Valor de referência | Vencimento (Ano) | Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago | |
|---------------------------------|---------------------|------------------|---|---------------|
| | | | Valor justo | 2021 |
| Swap US\$ pré vs R\$ pós | | | | |
| Empresa | | | | |
| Ativo | US\$ 60.568 | 2021 - 2022 | 333.958 | 333.958 |
| Passivo | R\$ 309.499 | | (310.792) | (310.792) |
| Risco de crédito líquido | | | 23.166 | 23.166 |

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao Euro, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

| | Valor de referência | Vencimento (Ano) | Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago | |
|-------------------------------|---------------------|------------------|---|-----------|
| | | | Valor justo | 2021 |
| NDF | | | | |
| Desembolso EUR Empresa | | | | |
| Termo | € 26 | 2021 - 2022 | 10 | 10 |
| Líquido | | | 10 | 10 |

15.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Operação | Moeda | Risco | Exposição (Saldo/Nocional) | Impacto Cenário (II) | Impacto Cenário (III) |
|---------------------------|--------------|----------------|----------------------------|----------------------|-----------------------|
| | | | | | |
| Dívida em Dólar | Dólar (US\$) | Alta do Dólar | (337.770) | (84.444) | (168.886) |
| Swap Ponta Ativa em Dólar | | Queda do Dólar | 333.958 | 83.491 | 166.981 |
| Exposição líquida | | | (3.812) | (953) | (1.905) |

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

| Operação | Moeda | Risco | Exposição (Saldo/Nocional) | Impacto Cenário (II) | Impacto Cenário (III) |
|---|---------|---------------|----------------------------|----------------------|-----------------------|
| | | | | | |
| Item protegido: parte de desembolsos em EUR | Euro(€) | Alta do Euro | (171) | 41 | 81 |
| NDF | | Queda do Euro | 171 | (41) | (81) |
| Exposição | | | - | - | - |

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

| Operação | Indexador | Risco | Taxa no exercício | Exposição (Saldo/Nocional) | Impacto Provável | Impacto Cenário (II) | Impacto Cenário (III) |
|-----------------------------------|-----------|--------------|-------------------|----------------------------|------------------|----------------------|-----------------------|
| | | | | | | | |
| Ativos financeiros | | | | | | | |
| Aplicações financeiras em CDI | CDI | Queda do CDI | 9,15% | 53.577 | 4.894 | (1.224) | (2.447) |
| Passivos financeiros | | | | | | | |
| Dívidas em CDI | CDI | Alta do CDI | 9,15% | (67.265) | (6.742) | (1.686) | (3.371) |
| Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva) | CDI | Alta do CDI | 9,15% | (310.792) | (31.151) | (7.788) | (15.576) |

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2022 foi aprovado aumento de capital social subscrito na Companhia em até R\$262.425, mediante a emissão de até 262.424.503 novas ações, sendo que sua integralização será realizada até 31 de dezembro de 2023.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro - Diretor
Juliano Pansanato de Souza - Diretor

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo - CRC-SP-338760/O-6

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. Campinas - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campanas, 17 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

